



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

A UNE somos nós: movimento estudantil na “era Collor” Jordana de Souza Santos

Como citar: SANTOS, J. S. A UNE somos nós: movimento estudantil na “era Collor”. In: DEO, A.; SARTORETTO, L. (org.). **Determinações do Mundo do Trabalho:** centralidade do trabalho, lutas sociais e crítica da economia política. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 213-226.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-11-8.p213-226>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A UNE SOMOS NÓS: MOVIMENTO ESTUDANTIL NA “ERA COLLOR”

Jordana de Souza Santos

I

Quando falamos em Movimento Estudantil (ME), logo nos vem à memória as manifestações ocorridas durante a Ditadura Militar, principalmente no ano de 1968 em que a repressão se intensificou com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e não somente os estudantes, mas qualquer partido ou movimento de oposição foi duramente perseguido. Outro acontecimento marcante para a história do ME foram os protestos pelo impeachment do Presidente Fernando Collor de Melo em 1992. Em nossa Dissertação de Mestrado¹ e Monografia de Conclusão de Curso², analisamos o primeiro período, ou seja, o ME nos tempos da Ditadura Militar, portanto, nossa atual pesquisa corresponde à continuação desses estudos com foco agora no ME do “Fora Collor”.

¹ SANTOS, Jordana de Souza. *A atuação das tendências políticas no movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da ditadura militar dos anos 70*. 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

² SANTOS, Jordana de Souza. *Unidade e diversidade no Movimento Estudantil: a heterogeneidade das esquerdas dentro da UNE (1964-1974)*. 2006. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

É importante destacar que muitos trabalhos acadêmicos encontrados durante nossa pesquisa analisam o ME durante o regime militar. Os trabalhos que analisam a participação estudantil no “Fora Collor” ou até mesmo nos anos 1990 em diante, localizam-se, em sua maioria, num campo diverso da teoria marxista. Muitos estão inseridos na área da Educação, Psicologia Social, História, e seguem vertentes teóricas como “teoria do reconhecimento” (Axel Honneth), “teoria da ação comunicativa” (Jurger Habermas), “habitus” (Pierre Bourdieu) etc. Além do que, estes trabalhos, na maioria das vezes, são poucos analíticos, estando atentos à simples descrição dos acontecimentos, privilegiando uma interpretação do ME próxima daquela realizada pelos meios de comunicação.

Assim, o objetivo central desta pesquisa é refletir sobre os motivos pelos quais os estudantes saíram às ruas pedindo o impeachment de Collor com tanto entusiasmo a ponto de serem os protagonistas destes protestos. Será que os estudantes estavam sendo massa de manobra dos partidos políticos que lideravam as entidades estudantis? Será que foram às ruas devido ao clima de carnaval e descontração descrito pela imprensa? Afinal, por que os estudantes encheram as ruas pedindo “Fora Collor”?

Para esta pesquisa foram feitas consulta aos acervos online dos jornais Folha de São Paulo e Jornal do Brasil, além dos sites da União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). Também foram entrevistados ex-militantes do ME que participaram do “Fora Collor”. Além disso, foram pesquisados documentos estudantis do período das principais entidades, partidos, organizações políticas, coletivos estudantis etc. A pesquisa de documentos foi feita no Arquivo Público do Estado de São Paulo, no Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMOJ), Arquivo de Memória do Movimento Operário no Rio de Janeiro (AMORJ) e na Fundação Perseu Abramo.

Analisando os documentos estudantis e após a realização das entrevistas, observamos quão ricas foram as manifestações pelo “Fora Collor” para o reconhecimento do ME que estava apagado no cenário político. É claro que este descenso do ME no início da década de 1990 que, segundo a imprensa da época, vinha ocorrendo desde a década anterior, não correspondia à realidade. A organização e mobilização estudantil vinha crescendo e não decaindo desde a década de 1980. Isto porque a década de 1980 foi de grande mobilização popular com a campanha das

Diretas Já!, a luta pela Assembleia Constituinte, pelo fim do regime militar. Houve também o crescimento do movimento dos trabalhadores e dos partidos de oposição como o PT (Partido dos Trabalhadores) cujas greves e manifestações eram corriqueiras.

Do lado do ME houve a reconstrução da UNE em 1979 e da UBES em 1981 que tinham sido extintas pelos militares, a luta contra o aumento abusivo das mensalidades, por mais verbas para a educação, pelo ensino público e de qualidade etc. À primeira vista, pode-se inferir que as lutas estudantis apareciam em segundo plano diante da vultuosidade das manifestações dos trabalhadores. No entanto, os estudantes não deixaram suas lutas de lado, ainda que tivessem participado das lutas de caráter global como a campanha por eleições diretas. Foi justamente esta atenção às lutas estudantis que propiciou a reorganização do ME depois de tanta perseguição, repressão e tentativas de desmantelamento pela repressão dos militares.

Ao compreendermos que o ME passou por um longo e complexo processo de reorganização desde 1979 e que entre o final da década de 1980 e início dos anos 1990 houve muitas manifestações estudantis, principalmente contra o aumento das mensalidades escolares que reuniam pais e alunos, fica fácil imaginarmos que a “explosão” estudantil ocorrida em 1992 não foi espontânea, mas possuía antecedentes. Com isso, não se trata apenas de desmistificar o que a grande imprensa noticiava, mas também de compreender a importância dos movimentos de juventude e suas particularidades.

Os jornais pesquisados, especialmente a Folha de São Paulo, analisavam as manifestações estudantis como meramente festivas e fragmentadas, destacando ainda que as lideranças do ME como Lindbergh Farias eram antiquados, pois tinham um discurso esquerdista tido como ultrapassado. Por isso, estes meios de comunicação entendiam que os estudantes estavam se manifestando apenas por diversão, afinal, a juventude dos anos 1990 era tida como alienada e despolitizada.

Fato é que nem a imprensa nem a sociedade como um todo esperavam que os estudantes “saíssem na frente” entoando o coro do “Fora Collor”. Nem mesmo os estudantes, como afirmam nossos entrevistados Elizeu Lopes e Reinaldo Botelho ao lembrarem da primeira manifestação pró-impeachment ocorrida em 11 de agosto de 1992. Neste dia, a UBES tinha organizado uma manifestação para debater sobre o governo Collor

e seus filiados percorreram as escolas públicas e privadas comunicando sobre o evento. O que era para ser uma manifestação pequena tomou grandes proporções, conforme nossos entrevistados, e se tornou a primeira manifestação pró-impeachment.

Embora muitos jovens e estudantes tivessem aderido às manifestações por acaso ou por curiosidade, é importante destacar que todos os nossos entrevistados afirmaram que havia uma necessidade de lutar, de “por pra fora” o que tinha ficado reprimido durante os anos passados. A geração dos anos 1990 não era despolitizada e nem o ME estava estagnado. A crise econômica e o programa de governo antipopular de Collor agravam o descontentamento por parte da sociedade e dos estudantes que sofriam com a situação das universidades públicas com redução das verbas e das universidades privadas com altas mensalidades e má qualidade. Portanto, havia muitos motivos para os estudantes se manifestarem contra o governo Collor.

Entendemos que a “explosão” estudantil no “Fora Collor” foi possível porque esta era uma bandeira que unificava o ME. As reivindicações específicas relacionadas à educação que afetavam diretamente os estudantes eram o grande estímulo para as manifestações estudantis. Entretanto, somente quando o ME levantou a bandeira do “Fora Collor” é que houve ampla participação. Como afirmou Foracchi (1972), o ME não tem poder de exercer pressão sobre a sociedade, mas os estudantes são afetados pelas contradições sociais e isto pode ser um fator de conscientização. Embora sejam as lutas cotidianas que mobilizem os estudantes, somente as lutas gerais que abarcam diversos setores sociais podem dar o tom político e necessário para que as lutas estudantis ultrapassem os muros das universidades.

Para que a luta estudantil ganhe amplitude e o ME possa assumir um caráter “revolucionário”, deve haver uma identificação entre a luta específica e as lutas gerais em que os estudantes passam a compreender que a crise da universidade possui raízes na crise do sistema. Desse modo, não bastaria lutar apenas no âmbito institucional, mas também buscar atingir mudanças externas que surtiriam efeitos na sociedade como um todo. O ME saiu vitorioso do “Fora Collor” não apenas porque o impeachment se concretizou, mas porque esta pauta unificou a luta estudantil, dando maior

visibilidade às entidades e almejando mudanças em todos os âmbitos, não apenas em relação ao atendimento das reivindicações estudantis.

II

Analizamos o ME como um movimento social inserido na dinâmica da luta de classes, buscando compreender os protestos estudantis enquanto resposta às políticas neoliberais adotadas pelo governo Collor. A pergunta que lançamos é: por que o ME foi a “fagulha” dos protestos do “Fora Collor”? Ao lançarmos esta questão, consideramos que o protagonismo do ME foi devido à sua característica de ser um movimento social que “sai na frente” visto que possui maior capacidade de mobilização. É fato que é mais fácil mobilizar jovens estudantes do que trabalhadores. Ademais, a juventude detém uma impetuosidade e uma radicalidade próprias desta etapa da vida.

Para respondermos esta questão formulamos uma hipótese geral que se refere às possíveis causas deste protagonismo do ME que seriam: a trajetória de reorganização do ME percorrida pelos estudantes desde a reconstrução da UNE em 1979 e da UBES em 1981; e as características definidoras da juventude dos anos 1990, uma geração marcada pela glória das gerações passadas que fizeram história manifestando-se contra a censura e a repressão da Ditadura Militar.

Além desta hipótese geral, temos as específicas que complementam a análise sobre o ME como movimento social e o seu papel nas lutas de resistência ao sistema do capital: o ME manifestou-se favorável ao impeachment de Collor por considerar que o programa neoliberal do governo ameaçava a democracia, os interesses populares e nacionais e as demandas específicas relativas aos estudantes.

Diferentemente da maioria dos trabalhos acadêmicos pesquisados que tratam do ME, esta tese pautou-se, sobretudo, na centralidade do trabalho e na compreensão da dinâmica da luta de classes. Este referencial teórico está em consonância com ao argumento que defendemos de que as manifestações estudantis do “Fora Collor” possuem uma causalidade

histórica ao considerarmos que são fruto de um processo de reorganização e articulação política que o ME vinha passando desde 1979.

Esta noção de causalidade histórica atribuímos ao método do materialismo histórico-dialético no que diz respeito à concepção da realidade e do indivíduo como frutos de um processo histórico e que está em constante movimento. Por isso, o ME e as formas de manifestação da juventude só podem ser compreendidas como partes de um processo histórico, partes que tomadas isoladamente, numa abordagem dialética, nos auxiliam a compreender o todo da qual constituem.

Além disso, outro aspecto abordado nesta tese é sobre o caráter revolucionário do ME. O ME deve representar a todos os estudantes, de diversas classes sociais e ideologias e isto representa um desafio para as entidades estudantis. Em meio à pluralidade entre seus membros e à transitoriedade desta fase da vida do indivíduo, o ME, para se manter combativo e crítico, deve ainda enfrentar o desafio de se firmar no campo das lutas de resistência ao sistema do capital. Consideramos isto um desafio à medida que o avanço das chamadas teorias pós-modernas com seus ideais de fim da história e fim do sujeito revolucionário desqualificam as categorias marxianas da centralidade do trabalho e da totalidade. Ainda que os estudantes não sejam os sujeitos revolucionários e lutem por reivindicações específicas, o ME pode (e deve) vincular suas lutas às lutas de resistência do sistema do capital. Afinal, a lógica deste sistema invadiu as universidades e escolas, incentivando o produtivismo, o tecnicismo, priorizando áreas afins à lógica de mercado, além da queda na qualidade do ensino e de estrutura pela não contratação de professores, pelo corte de verbas etc.

Com base no pensamento marxiano, as lutas de caráter reformista, como as lutas estudantis, da mesma forma que podem contribuir para a pacificação ou reiteração daquilo que se pretendia mudar, podem ter o efeito o contrário, isto é, fortalecer as lutas anticapitalistas a partir do momento em que podem, “dependendo da orientação político-ideológica de suas organizações, atingir interesses de classe da burguesia, articulando-se à luta pelo socialismo” (GALVÃO, 2011, p. 115).

Essas dimensões não podem ser vistas como estanques, pois o caráter imediato das reivindicações dos dominados não as torna menos importantes, não impede que elas se vinculem a objetivos mais amplos [...]. Assim, mesmo que a movimentação dos trabalhadores

não seja consciente e organizada, que a resistência à dominação seja difusa, ela ainda pode provocar efeitos importantes para o desdobramento da luta de classes. (GALVÃO, 2011, p. 115).

As lutas dos movimentos sociais específicos, embora não ameacem o sistema de reprodução do capital, produzem certo impacto político. Em relação ao “Fora Collor”, existe maior impacto político do que a saída de um Presidente após repetidos protestos? Tirar o Presidente não significa tomar o poder e não era o ME que deveria formular uma estratégia revolucionária, caso existisse esta possibilidade. Mas não podemos negar que os movimentos sociais classistas ou policlassistas podem contribuir para a luta de resistência ao capital e isto ocorre quando vinculam suas reivindicações às tensões entre capital e trabalho.

No caso específico do impeachment de Collor, entendemos que o ME vinculou suas reivindicações específicas às lutas contra o projeto neoliberal em curso. As lutas contra o neoliberalismo se espalharam pelo continente latino americano durante os anos 1990, surgindo uma série de movimentos sociais originados entre as classes dominadas como piqueteiros na Argentina, os zapatistas no México, o MST no Brasil, os protestos indígenas na Bolívia, Peru, Equador (GALVÃO, 2008). Estes movimentos sociais tiveram importância ao se constituírem como movimentos contrários à lógica do capital, contribuindo com a luta contra este sistema. A mobilização estudantil teve influências da conjuntura política que assolava todo o continente latino americano. As políticas neoliberais eram a feição imediata da tensão entre capital e trabalho, por isso, os movimentos sociais latino-americanos se destacaram ao combaterem o neoliberalismo.

Podemos dizer que o “Fora Collor” foi a última grande manifestação estudantil. Depois do impeachment, os estudantes continuaram se manifestando contra os governos de Fernando Henrique Cardoso que aprofundou o projeto neoliberal cuja marca principal foram as privatizações. Mesmo assim, o ME não conseguiu recuperar a ascensão que teve no início dos anos 1990. Não há como analisar todas as possíveis causas desse descenso da luta estudantil que perdura até os dias de hoje, de modo que escolhemos, em nossa tese, investigar este descenso como consequência do avanço das chamadas teorias pós-modernas.

O proletariado é o sujeito revolucionário cuja existência preconiza a dissolução da sociedade burguesa e do sistema do capital, este é o sentido da sua existência e a teoria que coloca este papel revolucionário ao proletariado nada mais é do que a expressão pensada do próprio processo revolucionário, portanto, válida a partir do momento que pode ser verificada na prática. Considerar o proletariado enquanto sujeito revolucionário requer a categoria da centralidade do trabalho como necessária para se pensar os processos de mudanças sociais e questionamento da ordem vigente uma vez que, de acordo com o pensamento marxiano, as relações de produção de toda sociedade formam um conjunto e são a chave do conhecimento histórico das relações sociais (MARX, 2008). A investigação científica, partindo deste pressuposto considera o ponto de vista da totalidade e não da predominância das causas econômicas como afirmam as críticas reducionistas de autores ligados a outras perspectivas teóricas.

A totalidade concreta é a síntese de múltiplas determinações, aparece desta forma no pensamento, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida (MARX, 2008, p. 259). Parte-se dos fatos isolados, abstraídos para compreender o concreto. Parte-se de categorias simples como o valor de troca, que pressupõe uma população, determinadas relações de trabalho, para compreender categorias mais complexas como o Estado, o mercado.

A noção de totalidade é determinante para compreender o método marxiano e é o elemento chave da crítica dos chamados autores pós-modernos que, em linhas gerais, desconsideram a perspectiva histórica na análise do ser social, da realidade. Essas teorias objetivam justificar a acumulação capitalista e naturalizar a exploração da força de trabalho, apelam ao fragmentário, ao efêmero e desqualificam a luta de classes, a revolução social, cumprindo uma função ideológica (COUTINHO, 2010).

É este pensamento que se expande pela sociedade e pelas universidades do qual argumentamos ser responsável pela desmobilização dos movimentos sociais, inclusive do ME. Ainda que as reivindicações que mobilizam os estudantes sejam as que estão atreladas à vida cotidiana, à luta específica, não podemos negar que o ME também faz a crítica ao sistema capitalista e que esta crítica é levada ao movimento pelos militantes de partidos e grupos de esquerda. Deste modo, não consideramos que a partidarização do ME seja um elemento que proporcione desmobilização.

Pelo contrário, os partidos e organizações políticas de diversas orientações ideológicas que estão presentes no ME, possibilitam o debate democrático e a politização dos estudantes.

É curioso que quando são atribuídas à partidarização do ME a causas pelo afastamento entre a base e a vanguarda e, por conseguinte, a desmobilização e o desinteresse pela participação política, esta crítica é dirigida somente aos partidos e organizações de esquerda. Ou seja, é uma crítica de viés ideológico, próprio dos estudos que classificam a concepção materialista histórica como ultrapassada e autoritária ao acusar quem defende esta concepção como propagadores da ideologia do pensamento único. Mas não são justamente os autores críticos desta concepção que defendem o fim da história e a vitória absoluta do capitalismo, o que corresponde a afirmar que não há saída para a humanidade e todas as teorias que dizem ao contrário são inválidas?

Mais do que nunca, a tarefa dos intelectuais hoje em dia consiste em desmentir as críticas baseadas nos paradigmas dominantes. O ME também é atingido pelas lutas sociais fragmentadas que têm ocupado espaço considerável na mobilização estudantil. As lutas das chamadas minorias sociais devem ser incorporadas, certamente, porém, não se deve perder de vista que estas lutas devem ser também lutas de resistência ao sistema do capital.

REFERÊNCIAS

- COUTINHO, C. N. *Estruturalismo e Miséria da Razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FORACCHI, M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- GALVÃO, A. Marxismo e Movimentos Sociais. *Revista Crítica Marxista*, Campinas, n. 32, p. 107- 126, 2011.
- GALVÃO, A. Os movimentos sociais da América Latina em questão. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 8-24, jul./dez. 2008.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da econômica política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In*: BORÓN, A. A.; SADER, E.; GENTILI, P. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- CINTRA, A; MARQUES, R. *UBES: uma rebeldia consequente*. Projeto Memória do Movimento Estudantil. 2015. Disponível em: www.ubes.org.br/memoria/publicacoes. Acesso em: 13 abr. 2018.
- DELLA VECHIA, R. S. *O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no período da redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977-1985)*. 2011. 411 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2011.
- DEO, A.; MAZZEO, A. C.; DEL ROIO, M. (org). *Lenin: teoria e prática revolucionária*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- FERNANDES, F. (org.). *Marx, Hegel: história*. São Paulo: Ática, 1984.
- FORACCHI, M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1977.
- LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MACIEL, D. O Governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). *Revista UFG*, Goiânia, ano 13, n. 11, dez. 2011. Disponível em: https://projetos.extras.ufg.br/joomla_proec/revista_ufg/dezembro2011/arquivos_pdf/artigos_o_governo.pdf. Acesso em: 13 abr. 2017.
- MARTUSCELLI, D. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- MARX, K. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. *Manifesto Comunista*. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2015.
- MARX, K. *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. Livro I: o processo de produção do capital.
- MULLER, A. No caminho à democracia: o processo de reconstrução da União Nacional dos Estudantes. *Dimensões*, Espírito Santo, v. 32, p. 128-147, 2014. Disponível em: <http://www.publicacoes.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/8372/5949>. Acesso em: 29 jan. 2018.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

DOCUMENTOS PESQUISADOS NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

“Alunos da Cásper Líbero mantêm acampamento”. Diário Popular, 20 de agosto de 1992. (Dossiê Movimento Estudantil).

“Nossa Voz – abril/1993”. (Dossiê Movimento Estudantil).

“O Onze de Agosto. Jornal da Faculdade de Direito da USP – junho/1992”. (Dossiê Movimento Estudantil)

“Pelo Brasil que a gente quer. Fora Collor e Marçílio (29/09/1992)”. (Dossiê Movimento Estudantil)

“Protesto adolescente tem todas as caras”, Folha de São Paulo, 02/09/1992. (Dossiê Movimento Estudantil)

“Revista da Folha”. (Dossiê Movimento Estudantil).

“Santa Úrsula continua ocupada”. Jornal do Brasil, 08/09/1992. (Dossiê Movimento Estudantil).

DOCUMENTOS PESQUISADOS NO CENTRO DE ESTUDOS E MEMÓRIA DA JUVENTUDE (CEMJ).

“Boletim da UNE” – 1992.

“Boletim da UNE – A ciência na UTI e Collor na CPI – julho/1992”

“Boletim da UNE – a UNE é anti-collor – novembro de 1990”.

“DCE - Radicalizar nossa luta para barrar o aumento – s/d”.

“Jornal do DCE da UFRGS – nº4 novembro/dezembro/1991”

“Jornal da UEE – novembro de 1992”.

“Organizando para desorganizar (propostas para o 45º Congresso da UNE)” – 1997.

“O Plano Collor e as universidades” – sem data, sem autoria

“Pro que der e vier – Propostas para o 42º Congresso da UNE – 28 a 31 de maio – Niterói – RJ”.

“Redução das mensalidades já”! – sem data.

“Resoluções da reunião da Direção Executiva da UNE – 23 de março de 1990”.

“RESOLUÇÕES DO 42º CONGRESSO DA UNE – 28 A 31 DE MAIO DE 1992”

DOCUMENTOS PESQUISADO NO ARQUIVO DE MEMÓRIA OPERÁRIA DO RIO DE JANEIRO (AMORJ).

“37º Congresso da UNE – Teses do DCE da UFRJ - GESTÃO ALERTA, JACARÉ PARADO VIRA BOLSA.” (ME - DOCUMENTO - SÉRIE 01 - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - 01.01 DIREÇÃO).

“A UNIVERSIDADE NOS TEMPOS DE COLLERA – Propostas para o 41º Congresso da UNE”. (ME - DOCUMENTO - SÉRIE 01 - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - 01.4.2. ENVELOPE - DOCUMENTOS DO 41, 42 e 43 CONGRESSOS).

“FORA COLLOR! EM LEGÍTIMA DEFESA DA UNIVERSIDADE – JUVENTUDE REVOLUÇÃO – CONTRIBUIÇÃO AO 42º CONUNE”. (ME - DOCUMENTO - SÉRIE 01 - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - 01.4. DOS CONGRESSOS).

“Liberdade e Luta: todos ao Congresso da UNE” (ME - DOCUMENTO - SÉRIE 01 - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - 01.4. DOS CONGRESSOS).

“Por uma UNE desaparelhada, de lutas e de massas (1984)”. (ME - DOCUMENTO - SÉRIE 01 - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - 01.2 SOBRE A UNE).

“Pra fazer Acontecer – 41º Congresso da UNE”. (ME - DOCUMENTO - SÉRIE 01 - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - 01.4.2. ENVELOPE - DOCUMENTOS DO 41, 42 e 43 CONGRESSOS).

“UNE: a esquerda na universidade”. Revista Veja, 10/10/1979. (ME - DOCUMENTO - SÉRIE 01 - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - 01.2 SOBRE A UNE).

“UNE – 32º CONGRESSO” (ME - DOCUMENTO - SÉRIE 01 - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES - 01.4. DOS CONGRESSOS).

“UNE livre – oposição ao ensino pago (1986)” (FUNDO MOVIMENTO ESTUDANTIL).

JORNAIS

FOLHA DE SÃO PAULO. Acervo digital. Disponível em: www.folha.uol.br.

JORNAL DO BRASIL. Acervo digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>.

DEPOIMENTOS

- Ana Cláudia Costa Guedes, concedido à autora em 28/03/2018. Ana Cláudia é militante do PC do B desde 1989. Participou do ME na Unesp, campus de Marília, a partir de 1992 enquanto estudante do curso de Pedagogia. Participou dos congressos da UNE e dos protestos pelo impeachment na cidade de Marília, interior de São Paulo.
- Ana Paula Bernardes, concedido à autora em 22/04/2018. Foi vice-presidente do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da USP em 1991 numa chapa composta por diversos partidos. Era filiada ao PSDB e em 1993, já filiada ao PC do B, participou da Diretoria da UNE na gestão do presidente Orlando Silva.
- Cláudia Rodrigues de Oliveira, concedido à autora em 19/03/2018. Cláudia filiou-se ao PC do B em 1989 quando tinha 17 anos de idade e trabalhava como doméstica na cidade de Guarulhos-SP. Participou do movimento secundarista enquanto dirigente da UJS.
- Cecília Amaral Lotufo, concedido à autora em 20/04/2018. Cecília era estudante secundarista em 1992 e não era filiada a partido político, tendo participado de algumas reuniões da UBES e da UNE. Suas maiores atividades políticas na época se concentraram dentro do tradicional colégio paulistano Oswald de Andrade pelo grêmio estudantil, “boca de urna” a favor de Lula nas eleições de 1989 e as passeatas pelo impeachment em que ficou conhecida como “musa” do “Fora Collor”.
- Darlan Montenegro, concedido à autora em 22/03/018. Darlan foi filiado ao PT. Participou do ME secundarista no Rio de Janeiro e no ME universitário na USP. Foi vice-presidente da UNE em 1993/1995, na gestão de Orlando Silva.
- Edilaine de Gois Tedeschi, concedido à autora em 05/05/2018. Edilaine participou das atividades do grêmio estudantil do Colégio Estadual Professor Antonio Herrera, na cidade de Itu (SP), como representante de turma nos anos de 1983 a 1985. Não era filiada a partido político.
- Elizeu Soares Lopes, concedido à autora em 06/03/2018. Foi filiado ao PC do B. Participou do ME secundarista de 1986 a 1993. No ME universitário, participou na condição de dirigente da UJS. Foi presidente da UMES-Mogi das Cruzes, da UPES, foi da direção da UBES;
- João Eduardo Gaspar, concedido à autora em 01/03/2018. João Gaspar é militante do PC do B e participou do ME no período de 1992 a 1998. Participou dos congressos da UNE e UBES no período
- Mauro Panzera, concedido à autora em 15/03/2018. Mauro é filiado ao PC do B e foi um dos destacados líderes estudantis dos anos 90, participando ativamente do ME desde 1987 até 1994. Em depoimento, afirmou ter sido Coordenador Geral da UBES na gestão de 1992-1993, porém, no site oficial da entidade (www.ubes.org.br), aparece como Presidente no ano de 1992. Acesso: 20/04/2018.

- Reinaldo Botelho, concedido à autora em 05/03/2018. Foi militante do PC do B. Participou do ME secundarista de 1989 a 1993. Foi dirigente da UBES e da UJS entre 1991 e 1992. Foi presidente da UMES-Santo André em 1990.
- Virgílio Alencar Santana, concedido à autora em 20/03/2018. Iniciou a militância no movimento estudantil secundarista em 1979. Filiou-se ao PC do B em 1980. Participou do grêmio estudantil em Goiânia em 1980. Foi diretor da UBES em 1981 e 1983.